**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2023**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Data da Licitação** | **Horário de Protocolo** | **Horário de Abertura** |
| **23/01/2023** | **08:45 horas** | **09:00 horas** |

# 1. PREÂMBULO

**O MUNICÍPIO DE RIO BOM, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.212/0001-71, com sede na Avenida Curitiba, 65, Centro, nesta cidade, através do Prefeito Municipal Senhor Moises Jose de Andrade, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **Menor Preço, Por Item**, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO FINISA CONTRATO N° 0608019-97,** **FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM,** a qual será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do pres ente Edital, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Protocolo: até as **08h45min** do dia **23 de Janeiro de 2023**.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h00min** do dia **23 de Janeiro de 2023**, horário de Brasília – DF.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** Prefeitura Municipal de Rio Bom, avenida Curitiba, 65 – Centro (Sala de Licitações).

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O edital completo está disponivel aos interessados no Setor de Licitações, de segunda a sexta feira, no horário de 08h30 ás 11h30min e das 13h00min ás 17h00min; no Site Oficial do Municipio <https://www.riobom.pr.gov.br>, ou via e-mail licita@riobom.pr.gov.br ou via telefone – (43) 3468-11-23.

Compõem esta convocação geral, além das condições específicas, constantes do corpo do edital, os seguintes documentos:

ANEXO I - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO II - Modelo de Declaração de Cumprimento dos requisitos de habilitação do edital; ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO IV - Minuta do Contrato;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de enquadramento de Microempresa (ME), ou empresa de pequeno porte (EPP);

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RENUNCIA DE VISITA

# - DO OBJETO

* 1. - A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO FINISA CONTRATO N° 0608019-97, FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM,** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.
	2. – O serviço deverá atender a quantidade e especificação constante do Termo de Referência em anexo.
	3. - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
	4. – O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
	5. **-** Os representantes das empresas licitantes **deverão vistoriar** o local onde serão executados os serviços e conferir os dados constantes do Termo de Referência e seus anexos.
	6. **-** A vistoria técnica deverá ser agendada previamente junto ao Setor de Licitação, na Avenida Curitiba, n° 65, Centro, RIO BOM/PR, telefone (43) 346811-23, no horário das 8h30 às 17h ou pelo endereço eletrônico da Divisão de Licitação, **licita@riobom.pr.gov.br.**
		1. **-** A visita deverá ser realizada por profissional habilitado da interessada, **até um dia útil antes do certame, ou seja, 20 de janeiro de 2023** e será acompanhada por representante do CONTRATANTE. A declaração comprobatória da vistoria efetuada será assinada por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM.
		2. – É facultado à proponente deixar de realizar a vistoria técnica no local da prestação do serviço, desde que forneça a declaração, anexa à proposta comercial, uma declaração de que conhece as condições construtivas e operacionais presentes no ambiente da execução do objeto. Conforme **Modelo Anexo VIII**.
		3. **–** A licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações a serem assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Edital.

# PREÇO e PRAZO DE EXECUÇÂO

* 1. - O valor global máximo admitido para esta licitação é de **R$ 509.750,00 (Quinhentos e nove mil e setecentos e cinquenta reais).**
	2. - Os preços serão fixos e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.
	3. - O preço deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, ao objeto cotado.
	4. **-** A execução do serviço deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.
	5. – A vigência da ata/contrato é de 365 dias.
	6. - O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes desde que haja motivação, fundamentada, para tanto, com comunicado prévio de no mínimo 30 dias da data projetada para rescisão.

* 1. **-** O Contrato poderá ser prorrogado por acordo das partes, por iguais e sucessivos períodos, desde que seja do interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços.
	2. - Estarão previstos os devidos reajustes de preços na forma da Lei, por ocasião de firmar contrato e no caso de prorrogação de prazo, utilizando o índice IPCA.

# - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

* 1. - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, através do endereço **licita@riobom.pr.gov.br**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
	2. **-** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
	3. **-** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

# DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

* 1. - Somente poderão participar da presente licitação as empresas aptas ao cumprimento do objeto licitado e que atenderem às exigências enumeradas abaixo e aos requisitos da legislação específica, inclusive quanto à documentação;
	2. **-** A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento;
	3. - A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante até o limite de horário previsto;
	4. **-** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
		1. - Licitante que estiver sob falência ou recuperação judicial;
		2. - Licitante que esteja suspensa de licitar pelo Município de Rio Bom - PR ou declarada inidônea pela Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
		3. - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
		4. - Estrangeiras que não possuam sede no país;
		5. - Licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação;
		6. - Licitante que incorra em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 9º, caput e incisos, da Lei nº 8.666/1993, quais sejam:

Art. 9° Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

* + - 1. - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
			2. - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
1. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
2. Servidor ou dirigente deste Município, estendendo-se a proibição a pessoa jurídica de direito privado que possui em seu quadro de sócios ou dirigentes, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante, para fins de conhecimento e cumprimento, conforme Acórdão nº 2745/2010 do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

# - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

* 1. **-** Conforme a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015 que versam sobre Anticorrupção, os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
	2. **-** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
		1. prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
		2. prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
		3. prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
		4. prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
		5. prática obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
	3. **-** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
	4. **-** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

# - DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

* 1. **-** O presente **processo licitatório não é destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresa de pequeno porte** conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 devido ao descrito no art. 49 da mesma lei. Contudo, mantém-se o direito de preferência conforme lei 123/2006 e 147/2014.
	2. **-** Poderão participar desta licitação empresas que:
		1. - desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
		2. **-** atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
		3. - comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.
	3. - É vedada a participação de:
		1. - consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
		2. - empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal;
		3. - empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município.
		4. - empresas com falência decretadas ou concordatárias; e
		5. - empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município que tenha vínculo com a licitação.

# - DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

* 1. **-** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, nomeados pela Portaria 001/2023 que terá, em especial, as seguintes atribuições:
		1. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
		2. Abrir as propostas de preços;
		3. Analisar a aceitabilidade das propostas;
		4. Desclassificar propostas indicando os motivos;
		5. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
		6. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
		7. Declarar o vencedor;
		8. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
		9. Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
		10. Encaminhar o processo devidamente instruído, após adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação;
		11. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.
	2. **-** Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Rio Bom/Paraná.

# - DA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

* 1. **-** A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;
	2. **-** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO III Termo de Referência.

# - Juntamente com a proposta (e dentro deste envelope) a empresa deverá apresentar os documentos abaixo sob pena de inabilitação da proposta:

**10.6.1** - Prospecto, catálogos, folhetos técnicos ou páginas da web do equipamento ofertado, comprovando atendimento das características exigidas.

# - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

* 1. **-** A disputa e o critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM.
	2. **-** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

# - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

* 1. **-** A partir das **09h00min do dia 23 de janeiro de 2023**, horário de Brasília-DF, a sessão pública presencial, será aberta por comando do Pregoeiro, com a abertura e julgamento das propostas recebidas.
	2. **-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

# - DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO SESSÃO PÚBLICA/LANCES

* 1. **-** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
	2. **-** O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item.
	3. **-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado.
	4. **-** Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não será aceito pedidos de desclassificação do licitante;
	5. **-** Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante;
	6. **-** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/02;
	7. **-** Estarão excluídos da aplicação das penalidades/sanções previstas no item 20.5, quando a desistência do recorrente de “caso fortuito” ou “força maior”. Na hipótese de incidência do caso é garantida a defesa prévia;
	8. **-** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
	9. **-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
	10. **-** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
	11. **-** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos.
	12. **-** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
	13. **-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
	14. **-** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
	15. **-** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
		1. No país;
		2. Por empresas brasileiras;
		3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
		4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
	16. **-** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pela comissão de licitação.
	17. **-** Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
	18. **-** A negociação será realizada pelo pregoeiro.
	19. **-** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
	20. **-** Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5° e 8° do Decreto n° 7.174, de 2010.
	21. **-** Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.
	22. **-** Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.
	23. **-** Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar- se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
	24. **-** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
	25. **-** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

# - DA PROPOSTA ESCRITA

* 1. **-** São requisitos da proposta de preços:
1. **-** Ser preenchida, preferencialmente, através do modelo constante do Anexo 03 do presente, por meio mecânico, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade;
2. **-** Carta proposta comercial, contendo os preços unitários e valor global com 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R$ 0,00);
3. **-** Conter identificação do licitante (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários);
4. **-** Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, a fim de possibilitar a sua completa avaliação;
5. **-** Condições de pagamento: de acordo com o disposto neste Edital;
6. **-** Prazo de entrega do objeto: de acordo com as normas previstas no Anexo 01 deste Edital;
7. **-** Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
8. **-** Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início do certame.
9. **-** Declaração expressa de que nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, montagem/instalação, treinamento, frete e tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
	1. **-** A omissão da indicação na proposta dos incisos “V”, “VI” e “VIII” do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital;
	2. **-** Serão rejeitadas as propostas que:
		1. **-** Sejam incompletas, isto é, contenham informações insuficientes que não permitam a perfeita identificação dos produtos licitados;
		2. **-** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;
	3. **-** Na proposta final a empresa vencedora deverá apresentar a readequação de preço do serviço/produto ao valor proposto. Ressalta-se que para isso deverá ser utilizado o desconto proporcional, a fim de que este tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final;
	4. **-** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.
	5. **-** Após apresentação e aceitação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
	6. **-** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
	7. **-** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
	8. **-** Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste Edital.
	9. **-** O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
	10. **-** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
	11. **-** Os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;

# - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

* 1. **-** Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
	2. **-** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto;
	3. **-** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
	4. **-** Não serão aceitas propostas com valor global superior aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme dispõe o artigo 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.
	5. **-** O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
	6. **-** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
	7. **-** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
	8. **-** Os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;

# - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

* 1. **-** Para a habilitação do licitante detentor da melhor oferta, será exigida a documentação relativa:
	2. **- HABILITAÇÃO JURIDICA:**
		1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
		2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
		3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
		4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
		5. Para o MEI: apresentação do Certificado de Microempreendedor Individual;
		6. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, Artigos 44° e 45°, deverá apresentar comprovação da condição de enquadramento no regime das microempresas e empresas de pequeno porte através da apresentação de um dos seguintes documentos:
			1. **-** Declaração comprovando que se adaptam a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 ou;
			2. **-** Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou;
			3. **-** Documento oficial onde conste que a empresa está enquadrada como ME ou EPP.
	3. **- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:
		1. - Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
		2. - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal, a qual engloba os débitos previdenciários;
		3. - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante.
		4. - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
		5. - Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, com validade na data de abertura dos envelopes.
		6. **-** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
1. **-** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do julgamento do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
2. **-** A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;
3. **-** A não- regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **I** deste item implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.
4. **-** As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias contados da data da abertura da sessão pública.
	1. **– QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
		1. **-** Certidão negativa de falência ou concordata - ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;
		2. **-** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
	2. **-** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
	3. - no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
	4. **-** é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
	5. **-** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
		1. **-** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

superiores a 1 ( um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

 SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circula

Ativo Circulante

LC = Passivo Circulante

* + 1. **-** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**15.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a) –** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do fornecimento com instalação, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

**b) -** Os atestados de capacidade técnico-profissional, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e Certificado de Acervo Técnico (CAT) deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia (CREA) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os engenheiros constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em tipologia e complexidade aos da contratação pretendida, objeto do Termo de Referência.

1. **–** A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços com características equivalentes ao objeto da presente contratação, sem nenhuma informação que o desabone, que comprove, no mínimo, o fornecimento e instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica de 125 kWp .
2. **-** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante seja declarado vencedor desta licitação.
	1. **– DAS DECLARAÇÕES:**
3. - Declaração, em papel timbrado e subscrito pelo seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **Anexo V** deste Edital.
4. **-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
5. - Prova de inscrição no cadastro municipal da Prefeitura do Município em que está a sede do licitante (Alvará), em plena validade e regularidade de situação;
	1. - Em tendo o alvará, sua emissão com data anterior ao exercício corrente deverá vir acompanhado de comprovante de pagamento do exercício atual ou documento de isenção de pagamento de taxa referente a sua emissão / manutenção de regularidade, ou ainda declaração do representante legal da empresa informando regularidade, acompanhada da Certidão de Débitos Municipais em plena regularidade;
6. - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, e artigo 27, inciso V da Lei 8.666/93.
7. **-** Modelo de Declaração Unificada - ANEXO V.
8. **-** Declaração de Formal de dispensa de visita. ANEXO VIII.
	1. - Disposições gerais referentes aos documentos:
		1. **-** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:
			1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
			2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
			3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
			4. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor.
			5. As certidões e/ou certificados obtidos via Internet poderão ser apresentados em originais ou fotocópias simples sujeitas à verificação da autenticidade no sítio correspondente.
			6. As declarações emitidas pela licitante deverão ser apresentadas no original e ser firmadas por representante legal da empresa.
			7. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
			8. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.
			9. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 dias, contados a partir da sua expedição, à exceção de disposição em contrário estabelecida neste Edital.
			10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.
			11. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados;
			12. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se na vigência do Instrumento Contratual.
			13. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, os apresentarem em desacordo com o

estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade serão inabilitados, ressalvado o contido no item 15.1.2, alínea “h”, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

# - DOS RECURSOS

* 1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, nos termos do art. 26, §1º, do Dec. 5.450/05.

**16.1.2-** O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema;

 **16.1.3-** A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via e-mail, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

 **16.1.4-** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

* + 1. **-** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante;

 **16.1.6-** Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

**16.1.7-** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. (Art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**16.2-** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro, mediante auxílio Jurídico, terá até 5 (cinco) dias para:

* + 1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
		2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
		3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
	1. **-** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
	2. **-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
	3. **-** Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

# - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

* 1. **-** Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM/PR convocará o licitante classificado em 1º lugar, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Instrumento Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis.
	2. **-** A convocação para assinatura do contrato quando cabível formalizar-se-á mediante notificação via e-mail oficial ou qualquer outro meio a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM/PR.
	3. **-** O prazo para assinar o contrato, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Rio Bom - PR.
	4. **-** Decorrido o prazo máximo da convocação do órgão sem que o(s) licitante(s) tenha assinado e devolvido o contrato, caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a Administração, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse, em igual prazo ou, então, revogar a licitação.
	5. **-** Em caso de recusa injustificada do licitante em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dentro do prazo anteriormente estabelecido, sujeitar-se-á as sanções previstas no item 27 do presente edital.
	6. **–** O contrato vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por acordo das partes, por iguais e sucessivos períodos, desde que seja do interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços.
	7. - Estarão previstos os devidos reajustes de preços na forma da Lei, por ocasião de firmar contrato e no caso de prorrogação de prazo, utilizando o índice IPCA.
	8. **-** A assinatura do contrato estará condicionada a apresentação do documento hábil que comprove poderes para a prática desse ato, mediante apresentação do respectivo ato constitutivo e procuração com poderes específicos, sendo o caso. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário para nomear procurador, mediante apresentação de cópia do ato constitutivo em vigor.
	9. **-** Farão parte integrante deste contrato todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.
	10. **-** Os licitantes beneficiários do contrato não poderão transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.

# - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. **-** O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega do produto/serviços com a apresentação da Nota Fiscal emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM - PR, desde que o objeto tenha sido entregue conforme foi solicitado, e de acordo com as determinações e especificações constantes do presente Edital e Proposta da Contratada, após terem sido aprovados pelo setor competente do mesmo;
	2. **-** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como o número da Nota de Empenho, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ; No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou;
	3. **-** Após a aprovação expressa das Notas Fiscais pelo Setor competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM, os pagamentos serão liberados;
	4. **-** Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
	5. **-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida;
	6. **-** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
	7. **-** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação;
	8. **-** A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
	9. **-** Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA DESDOBRADA** | **DOTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 463 | 09.0515.45100221.001.4.4.90.51.02.06.00 | 613 |

# - DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES

* 1. **-** Caso não ocorra no prazo previsto ou esteja em desacordo com os termos deste Edital, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM/PR.
	2. **-** Em caso de insolvência ou dissolução da empresa adjudicatária, bem como em caso de transferência indireta dos serviços, no todo ou em parte, sem autorização expressa da Prefeitura, rescindir-se-á automaticamente o contrato, cabendo à Prefeitura, neste caso, adotar as medidas acauteladoras de seus interesses e do erário;

# - DA FISCALIZAÇÃO

* 1. **-** A execução do Instrumento Contratual será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria responsável, através de servidor(s) designado(s) pela mesma, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar se a prestação dos serviços está de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.
	2. **-** A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

# - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

* 1. **-** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência Anexo III.

# - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. **-** Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o Contrato, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM/PR, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
	2. **-** Se decorrerem 5 (cinco) dias úteis da convocação do órgão sem que o licitante vencedor tenha assinado e devolvido o contrato, caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a Administração, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse, em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor ou, então, revogar a licitação.
	3. **-** Caberá multa compensatória de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:
		1. **-** Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;
		2. **-** Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de até 20%;

* + 1. **-** Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%;
	1. **-** A multa poderá ser aplicada juntamente com a sanção de impedimento ou declaração de inidoneidade.
	2. **-** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no contrato.

# - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. **-** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM - Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Rio Bom/Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
	2. **-** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
	3. **-** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
	4. **-** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê- lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;
	5. **-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
	6. **-** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
	7. **-** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município;
	8. **-** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
	9. **-** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;
	10. **-** A documentação apresentada pela empresa vencedora, para fins de habilitação, poderá ser solicitada pelos demais proponentes através do e-mail: licita@riobom.pr.gov.br;
	11. **-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;
	12. **-** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

# – DO FORO

* 1. **-** Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Marilândia do Sul - PR, excluído qualquer outro.

Rio Bom, Paraná, 10 de Janeiro de 2023

**Moises Jose de Andrade**

**Prefeito Municipal**

 **ANEXO I – PREGÃO 001/2023**

# MODELO DE PROPOSTA E RELAÇÃO DOS PRODUTOS LICITADOS

O Proponente não deverá fazer sua proposta relacionada à de outros licitantes, devendo apresentar proposta em reais.

O Proponente deverá especificar a **marca dos produtos ofertados**, sob pena de não havendo como identificar na sessão de julgamento, ter a proposta desclassificada.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNID.** | **Marca** | **DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO** | **Qtde** | **Valor** |
|  |  |  |  |  |  |

Valor Total e final por extenso: R$( )

Nos propomos a fornecer os produtos, concordando com o prazo de pagamento e demais condições estabelecidas no edital.

# NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

( ) Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

# IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.
	* Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Validade da Proposta: / /

 , de de 2023

# Assinatura do representante Carimbo do CNPJ

**ANEXO II**

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023.

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa , CNPJ/MF Nº

 , sediada na rua

 **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

 , de de 2023.

(carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade número e órgão emissor)

**ANEXO III – PREGÃO 01/2023 TERMO DE REFERENCIA**

**- Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS** **DO FINANCIAMENTO FINISA CONTRATO N° 0608019-97, FIRMADO ENTRA A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM E A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM.**

**– Justificativa:** O objeto dessa licitação trata-se do Financiamento FINISA Contrato n° 0608019-97

firmado entra a Prefeitura Municipal de RIO BOM e a CAIXA ECONOMICA FEDERAL. A usina solar é um sistema fotovoltaico de grande porte que pode oferecer vantagens diversas. Dentre suas principais vantagens, estão o fato de que esta é uma fonte renovável de energia.

**Não emite gases poluentes:** A usina solar é uma fonte de energia realmente sustentável, pois não emite nenhum tipo de gás poluente na atmosfera, tampouco gases que contribuem para o efeito estufa. Seu impacto ambiental é praticamente inexistente, uma vez que também não requer o desmatamento de áreas florestadas.

**Vida útil longa (mais de 25 anos):** O uso de usinas solares é realmente um investimento sólido, uma vez que podem continuar funcionando por mais de vinte e cinco anos, com custos de manutenção baixo. **Aproveitamento de espaço:** Se o projeto for planejado adequadamente, as usinas fotovoltaicas são capazes de gerar grandes quantidades de energia em espaços que geralmente são telhados onde não geram necessidade de compra de imóvel e possivelmente locais onde não possuem aproveitamento para outro fim. Isso também contribui para manter o seu impacto ambiental mínimo, diminuindo sua influência na fauna e flora locais.

**Possibilidade de instalação em diversos lugares.**

As usinas não precisam estar no mesmo lugar em que a energia será consumida, embora essa também seja uma possibilidade. Com a Geração Distribuída, a energia solar pode ser transferida para vários estabelecimentos a quilômetros de distância.

O Sistema de geração de energia será instalado no telhado da UBS Central, localizada na Avenida Goiás, n°165.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **Qtde.** | **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS** | **Valor****unit.** | **Valor****total** |
| 1 | 1 | Serviços de instalação de usina/sistema de geração de energia solar fotovoltaica no telhado da UBS Central, localizada na Avenida Goiás, n°165, no município de RIO BOM - PR, com elaboração do Projeto e documentação do sistema para liberação da instalação e homologação do acesso a rede da Concessionária COPEL, incluindo todos os equipamentos e materiais, bem como toda mão de obra de instalação para funcionamento do referido sistema.**Potência Nominal de no mínimo 126,35 kWp.** | **R$****509.750,00** | **R$****509.750,00** |

1. **- DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**
	1. - Para fins de padronização dos materiais dos Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, com vistas à facilidade de operação, manutenção e como forma de garantir o pleno funcionamento do Sistema, exige-se a instalação dos itens abaixo descritos, contendo as características especificadas:
	2. **- Geradores fotovoltaicos:**
		1. - A potência nominal do sistema fotovoltaico a ser contratado deverá ser de, no mínimo, 75 kWp;
		2. – Os geradores devem ser instalados e colocados em funcionamento seguindo rigorosamente o estabelecido pela Resolução Normativa 482, de 17 de abril de 2012 da ANEEL.
		3. - Os geradores serão instalados sobre o telhado com telhas metálicas;
		4. - Cada gerador fotovoltaico deverá ser composto por: módulos idênticos (fabricante e modelo), ou seja, com as mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais; inversores com as mesmas características (fabricante e linha/família).
	3. **- Módulos Fotovoltaicos:**
		1. - Somente serão aceitos módulos fotovoltaicos feitos de silício cristalino (monocristalino) etiquetados pelo INMETRO com potência mínima de 600wp;
		2. - Os Módulos Fotovoltaicos devem ter no mínimo os seguintes requisitos:
2. Ter eficiência superior a 18,00% na conversão de energia luminosa em elétrica, nas condições padrão de teste - STC – Standard Test Conditions (1000 W/m2; 25°C; AM 1.5);
3. Vida útil esperada: **25 ANOS**;
4. Garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos;
5. Os módulos devem ser identificados de acordo com as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante; modelo ou tipo do modelo; mês e ano de fabricação; número de série;
6. Certificação INMETRO (Portaria INMETRO 004/2011);
7. Todas as estruturas de suporte das placas fotovoltaicas devem ser de aço galvanizado, ou alumínio anodizado com reforço de estabilidade, durabilidade e preparadas em caso de esforços mecânicos, climatéricos e corrosão, bem como as expansões/contrações térmicas, com garantia de 10 anos;
8. A corrente máxima dos módulos deve ser compatível com a especificada para os inversores;
9. Todos os fios, cabos, conectores, proteções, diodos, estrutura de fixação, e demais componentes devem ser fornecidos e perfeitamente dimensionados de acordo com a quantidade de placas fotovoltaicas e inversores do arranjo fotovoltaico, seguindo todas as normas de instalações elétricas relevantes à futura instalação, manutenção e segurança do sistema, em especial a norma NBR 5410 referente à instalação em baixa tensão;
10. Para interligação entre os módulos e o sistema de conversão deverão ser utilizados cabos solares de no mínimo 6 mm² com isolação de 1000 volts;
11. Os cabos utilizados para aplicação solar deverão ser unipolares livres de halogênio e resistentes a radiação ultravioleta;
12. A tensão contínua nominal dos arranjos deverá estar compatível com a especificada para os inversores;
13. É necessário Conectores elétricos (macho e fêmea) compatíveis com a potência do sistema.
	1. **- Inversores:**
		1. - Todos os inversores devem ser projetados para operarem conectados à rede da concessionária local de energia elétrica na frequência de 60 Hz. Sendo compatível com a potência do sistema, com caixa de junção - string box (quadros de proteção), homologado pela COPEL, com monitoramento wi-fi;
		2. - A relação entre a potência nominal de cada inversor e a potência nominal do arranjo (strings) formado pelos módulos fotovoltaicos conectados a ele, não deve ser inferior a 0,90;
		3. - Deve apresentar eficiência máxima de pico superior a 97% e nível de eficiência européia superior a 96,5%;
		4. - Os inversores não devem possuir elementos passíveis de substituição com baixa periodicidade, de forma a propiciar vida útil longa, sem a necessidade de manutenção frequente;
		5. - Devem ser capazes de operar normalmente à potência nominal, sem perdas, na faixa de temperatura ambiente de 0°C a 45º C;
		6. - A distorção harmônica total de corrente (THDI) do inversor deve ser menor que 3,5%;
		7. - A tensão de saída do conjunto de inversores deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local;
		8. - Os inversores devem atender a todos os requisitos e estar configurados conforme as normas IEC/EN 61000-6-1/61000-6-2/61000-6-3, IEC 62109-1/2, IEC 62116, NBR 16149 e DIN VDE 0126-1- 1;
		9. - Os inversores com potência nominal até 50kW devem possuir certificação do INMETRO;
		10. - Os inversores devem ter capacidade de operar com fator de potência entre ± 0,9. A regulação do fator de potência deve ser automática, em função da tensão e corrente na saída do sistema.
		11. - Requisitos mínimos para o sistema de proteções e monitoramentos dos inversores utilizados:
* Anti-ilhamento;
* Proteção contra polaridade reversa em CC;
* Chave seccionadora CC integrada ao inversor;
* Monitoramento da rede elétrica C.A. (tensão, corrente, potência e frequência);
	+ 1. - Os inversores devem ser conectados a dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção;
		2. - O quadro de paralelismo dos inversores de cada sistema fotovoltaico, disjuntores de proteção e barramentos associados, cabos de entrada e saída devem ser dimensionados e instalados em conformidade com a NBR 5410;
		3. - Os inversores devem ter grau de proteção mínimo IP 65;
		4. - Os inversores devem atender a todas as exigências da concessionária de energia local;
		5. - Os inversores devem possuir display digital para configuração e monitoramento dos dados;
		6. - Os inversores devem permitir monitoramento remoto e monitoramento local (com e sem fio);
		7. - Garantia mínima de 5 anos contra defeitos de material e fabricação;
		8. - Vida útil esperada de, ao menos, 10 anos.
	1. **- Quadros de proteção e controle CC e CA (string boxes):**
		1. - Deverá ser utilizado painel adequado às instalações elétricas de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, e devem conter os seguintes elementos:
1. Todos os fusíveis das chaves (quando houver necessidade);
2. Chaves de seccionamento;
	* 1. - Os fusíveis e dispositivos de proteção contra surtos devem estar em conformidade com a norma ABNT 5410 e da concessionária de energia.
		2. - As caixas de conexão devem ser pelo menos IP 65, em conformidade com as normas pertinentes e devem ser resistentes à radiação ultravioleta, (resistente ao fogo e chama).
		3. - Dentro das caixas de conexão, os elementos devem ser dispostos de tal forma que os polos positivo e negativo fiquem tão separados quanto possível, respeitando, minimamente, as distâncias requeridas pelas normas aplicáveis. Isso é para reduzir o risco de contatos diretos.
		4. - Os condutores c.c. desde as caixas de conexão até a entrada dos inversores devem ser acondicionados em eletrocalhas ou eletrodutos, com caixas de passagem seguindo as normas brasileiras de instalações elétricas.
		5. - A queda de tensão nos condutores c.c., desde os módulos até a entrada dos inversores, deve ser inferior a 2% para a corrente de máxima potência do gerador em STC.
		6. - Quadros de comando e proteção conforme normas da distribuidora local (COPEL).
	1. **- Quadros de Proteção e Medição C.C.:**
		1. - Para os circuitos módulos fotovoltaicos - inversor - cargas deverão ser utilizados disjuntores termomagnéticos de baixa tensão, de baixo nível de perdas, para proteção contra curto-circuito, e dimensionados adequadamente;
		2. - Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de firma a garantir a equipotencialidade;
	2. **- Estruturas de suporte:**
		1. - A estrutura de suporte deve seguir as seguintes especificações:
3. As estruturas de suporte devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de acordo com a NBR 6123/1988 e a ambientes de corrosão igual ou maiores que C3, em conformidade com a ISO 9223.
4. As estruturas de suporte devem ser feitas de aço galvanizado à fogo ou alumínio e devem atender ao requisito de duração de 25 anos. Os procedimentos de instalação devem preservar a proteção contra corrosão. Isto também é aplicável aos parafusos, porcas e elementos de fixação em geral.
5. Sempre que possível devem ser utilizados furos já existentes nas telhas, devesse ainda aplicar materiais vedantes, a fim de eliminar quaisquer tipos de infiltração de água no interior da unidade.
6. Todos os módulos devem estar a uma altura suficiente da cobertura, de modo a permitir uma ventilação adequada, conforme recomendação do fabricante e ter separação de pelo menos 1 cm entre os módulos adjacentes.
7. As estruturas/módulos fotovoltaicos devem ser dispostos de tal maneira que permita o acesso à manutenção do telhado e demais equipamentos existentes na unidade.
8. Sistema orientado ao máximo possível para o norte geográfico e livre de sombras.
9. Deverá ser aplicado o ajuste de inclinação ideal para se alcançar a máxima eficiência de geração de energia, de acordo com cada local escolhido na cobertura.
10. A locação das placas no telhado deverá ser realizada conforme orientação do setor de engenharia do município sem custos adicionais ao projeto.
11. A estrutura de locação das placas no telhado deverá estar projetadas para resistir aos esforços do vento de acordo com a NBR 6123/1988 e a ambientes de corrosão igual ou maiores que C3, em conformidade com a ISO 9223.
	1. **- Cabos fotovoltaicos (CC):**
		1. - Os cabos elétricos, quando instalados ao tempo, devem apresentar as seguintes características:
12. Devem ser resistentes a intempéries e à radiação UV;
13. Devem apresentar a propriedade de não propagação de chama, de auto extinção do fogo e suportar temperaturas operativas de até 90°C;
14. Devem ser maleáveis, possibilitando fácil manuseio para instalação;
15. Devem apresentar tensão de isolamento apropriada à tensão nominal de trabalho;
16. Cabeamento elétrico compatível com a potência do sistema, utilizando como referência a classe 5 nbr nm 280;
17. Devem apresentar garantia mínima de 5 anos, vida útil de 25 anos.
	* 1. - Deverão ser utilizados Cabos solares (Referência: Cabos ExZHellent® Solar e cabos PROSOLAR FV, da Conduspar), com as seguintes características:

a) Cabo de cobre estanhado, encordoamento flexível de classe 5, isolação de composto poliolefínico termofixo livre de halogênios e cobertura de composto poliolefínico termofixo livre de halogênios, retardante de chama, com resistência à radiação UV e intempéries, com tensão de isolamento em corrente contínua igual ou superior a 1kV;

* 1. **- Aterramento e SPDA:**
		1. - Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade;
		2. - Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão, entre ambos os polos das conexões em paralelo das strings e entre eles e o condutor de aterramento;
		3. - Toda a instalação deve ser realizada em conformidade com normas vigentes principalmente a norma NBR 5419, inclusive, eventuais adaptações necessárias.
	2. **- Serviços Comuns de Engenharia:**
		1. - O serviço deve incluir, no mínimo, os seguintes trabalhos:
1. Instalação/preparação de caminhos e passarelas para acesso aos geradores fotovoltaicos, caixas de conexão, e equipamentos existentes que terão seu acesso prejudicado (condensadoras do sistema de climatização), etc.;
2. Construção e instalação dos apoios/suportes;
3. Construção de dutos para as linhas do sistema.
	* 1. - As estruturas dos sistemas não devem interferir no sistema de escoamento de águas pluviais das unidades e nem causar infiltrações no interior da edificação;
		2. - Deve ser avaliada a sobrecarga à estrutura da edificação devido às instalações citadas, de modo a não causar danos à edificação existente, seja estrutural ou de outra natureza;
		3. - Nas instalações e montagens deverão ser utilizados todos os EPI e EPC necessários e seguidas todas as normas de segurança aplicáveis, sobretudo as seguintes normas regulamentadoras: NR06; NR10; NR35;
		4. - Nenhum trabalhador da equipe poderá executar suas funções, sem estar portando e utilizando os EPI necessários.
4. Instalação de transformador, caso necessário.
5. Se necessário, deverão ser feitas todas as adequações ao padrão de entrada de energia.
	1. **- Projeto Executivo:**
		1. - Para elaboração do projeto executivo a CONTRATADA deve realizar análise prévia das instalações civis e elétricas nos endereços das instalações na UBS Central, localizada na Avenida Goiás, n° 165, Rio Bom-PR, com elaboração de relatório técnico com indicação das eventuais adaptações necessárias, tendo em conta também o acesso aos elementos a instalar;
		2. - O projeto executivo deverá ainda ser realizado a partir de simulação de produção anual de energia através de software especializado que permita simular as características reais dos equipamentos a serem instalados, os dados climatológicos da localidade, as influências de sombras, da inclinação dos módulos e de demais fatores na geração de energia do sistema fotovoltaico;
		3. - O projeto executivo deverá prever estudo quanto a distribuição de carga no telhado, detalhes e desenhos técnicos contendo todas as informações necessárias para a instalação dos painéis, das strings, dos inversores, da estrutura de suporte e demais componentes do sistema, com as respectivas ART;
		4. - O projeto executivo ainda deverá conter memorial de cálculo, memorial de quantitativos, memorial de especificações de todos os equipamentos e qualquer outro documento necessário (manuais, catálogos, guias, etc.), que contenham informações quanto ao armazenamento, estocagem e instalação do sistema.
	2. **- Sistema de Gerenciamento Remoto:**
		1. - O sistema de monitoramento web e celular deverá coletar e monitorar todos os dados dos sistemas fotovoltaicos instalados;
		2. - Deverá enviar, pelo menos, as seguintes informações:
6. A energia gerada (diária, mensal, anual) em kWh;
7. Tensão e corrente CC por inversor;
8. Tensão e corrente CA por inversor;
9. Potência em kW CA de saída por inversor;
10. Gerenciamento de alarmes;
11. Registro histórico das variáveis coletadas de, ao menos, 12 meses.

* 1. **- Treinamento:**
		1. - O objetivo do treinamento é capacitar técnico da CONTRATANTEpara a operação, gerenciamento e monitoramento dos sistemas;
		2. - A duração do treinamento deverá ser de 8 (oito) horas;
		3. - O programa do treinamento deverá ser aprovado previamente pelo contratante, e deverá estar coerente com os equipamentos instalados;
		4. - O treinamento deverá ser dividido em duas partes, sendo uma teórica e a outra de caráter totalmente prático.
	2. **- Comissionamento:**
		1. - Inspeção visual e termográfica:

a) Deve ser realizada inspeção visual das estruturas metálicas, módulos, conectores e quadros;

* + 1. - Teste de módulos individuais e strings:
1. Serão testados 04 módulos selecionados aleatoriamente;
2. O teste será feito sem desmontar os módulos da estrutura de suporte. Simplesmente serão desconectados do gerador. Deve ser apresentado os catálogos ou certificados de calibração dos traçadores de curva IV;
3. Serão obtidas ainda as curvas I-V de todos as strings individualmente;
4. Devem ser realizados ainda teste de tensão, polaridade e resistência de isolamento de cada string.
	* 1. - Avaliação de desempenho:
5. O princípio do teste consiste em observar as condições durante a operação real do sistema, devendo-se verificar a energia efetivamente fornecida à rede elétrica e comparar a energia estimada a ser fornecida pelo sistema;
6. O período de registro deve englobar desde o nascer até o pôr do Sol;
7. Durante o teste deve ser evitada qualquer ação que afete o grau de limpeza dos geradores e dos módulos de referência;
8. Outros esforços de manutenção podem ser feitos, registrando cuidadosamente os detalhes (causa, tarefa e duração) em um relatório específico para o tempo de duração do teste;
9. Antes da realização do comissionamento a CONTRATADA deverá entregar em meio digital/DWG o Diagrama Unifilar Básico com todo o detalhamento do projeto do sistema fotovoltaico.
	1. **- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS PLACAS DA OBRA:**
		1. - Para a confecção e instalação das placas previstas no convênio devem ser observas as seguintes especificações técnicas:
	2. **- GARANTIAS E INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**
		1. - Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão os seguintes, contados da data de emissão do “Termo de Recebimento Definitivo” de cada instalação, sem prejuízo dos prazos preconizados nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor:
10. Módulos fotovoltaicos: Nível máximo de degradação da potência de 10% durante o período de garantia, que deverá ser de, no mínimo, 10 anos.
11. Inversores: 5 anos.
12. Cabos expostos ao tempo: 2 anos.
13. Demais componentes eletroeletrônicos: 1 ano.
14. Instalação e serviços de engenharia: 1 ano.
	* 1. - Prazo para início do atendimento no local da instalação: 5 dias úteis.
		2. - Prazos para conclusão do atendimento: 60 dias úteis;
		3. - Caso a solução do problema implique na substituição de módulos fotovoltaicos, o prazo será de até 45 dias úteis;
		4. - Caso a solução do problema implique no conserto ou substituição de inversores, o prazo será de até 45 dias úteis;
		5. - Caso a solução do problema implique na substituição de cabos expostos ao tempo, o prazo será de até 20 dias úteis;
		6. - Caso a solução do problema implique na substituição em algum dos demais componentes eletrônicos do sistema, o prazo será de até 45 dias úteis;
		7. - Caso a solução do problema esteja relacionada com a instalação do sistema e serviços de engenharia, o prazo será de 5 dias úteis.
		8. - Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados;
		9. - Após a abertura do chamado, deverá ser enviado um e-mail para a CONTRATANTE contendo o número do protocolo, o resumo da descrição, data e hora da abertura do chamado;
		10. - A CONTRATADA, após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico, deverá apresentar um Relatório contendo: a identificação do chamado com número de protocolo único para cada ocorrência, data e hora de abertura e da conclusão do chamado, Status do atendimento, identificação do erro/defeito, técnico responsável, e outras informações pertinentes;
		11. - Deverá ser realizado o monitoramento via web com relatório bimestral fisicamente da produção do sistema, leitura dos inversores e do relógio bidirecional.
		12. - Deverá ser prestada a assistência técnica no local física assim que for necessária por um responsável com tolerância de no máximo 48hrs.
15. **- CATÁLOGO/PROSPECTO:**

a) CATÁLOGO/PROSPECTO: A licitante vencedora deverá enviar o pregoeiro, sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a finalização do certame, através do e-mail:

licita@riobom.pr.gov.br, os “FOLDERS”, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas (inclusive a normatização) e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

1. **- PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:**
	1. - Os equipamentos, objeto desta licitação, deverão ser entregues sem ônus de entrega, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Planejamento, da seguinte forma:
		1. - O objeto deste pregão **deverá ser prestado após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO**, e deverá ser executado em até 30 (trinta) dias.
		2. Se durante o período de instalação ocorrer chuvas ou outras intempéries que atrapalhem a instalação, ou análise equivocada da Concessionária, desde que justificada, esse período pode ser estendido, sem reajustes dos preços contratados.
* Caso haja necessidade de prorrogação do prazo, a Licitante vencedora deverá solicitar, por escrito, com antecedência mínima de 15 dias e sem direito a qualquer reajuste sobre os valores contatados.
1. Antes da entrega das instalações deverão ser realizados testes de operação e funcionamento necessários e o teste de água sobre o telhado onde serão instalados equipamentos que compõem a Usina Solar Fotovoltaica.
	* 1. - O prazo de vigência da presente licitação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato.
	1. - Os objetos deste edital serão dados como recebido conforme:
		1. - Recebimento Provisório: A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal do Contrato, responsável pelo Recebimento da Secretaria Municipal de Viação e Obras, terá um **prazo de 05 (cinco) dias úteis para conferência da Nota Fiscal,** data de validade dos produtos, lote, quantidade, bem como verificar a conformidade do equipamento/produto com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal do Contrato deverá rejeitá-lo e solicitar a **reposição num prazo de 72h (setenta e duas horas)** contados do recebimento da notificação formal pela CONTRATADA.
		2. - Recebimento Definitivo: Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos em conformidade com o Contrato, o fiscal do Contrato responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os tramites legais de pagamento.
		3. - A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Contrato.
		4. - Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.
		5. - Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.
2. **- GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS:**
	1. - Os equipamentos contratados deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos a contar da entrega definitiva do equipamento (de acordo com a descrição técnica de cada item), sendo todas as despesas relativas à garantia por conta da CONTRATADA.
	2. - Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos bens correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus.
3. **- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:**
	1. **- Os equipamentos entregues deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas do INMETRO em sua versão mais recente**. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição do Contrato.
	2. - A CONTRATADA deverá entregar, durante toda a vigência do Contrato, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**
	3. - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todas as despesas de deslocamento e transporte para entrega dos produtos/equipamentos.
	4. - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
	5. - A CONTRATADA é obrigada a refazer, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus à contratante.
	6. - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.
4. **- FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:**
	1. - O recebimento dos equipamentos, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será efetuado pelo Fiscal do Contrato Sr. **Valdemir de Jesus Vieira** nomeado pela portaria 073/2021, e pelo Setor de Engenharia, Gestor do contrato Sr. **Sergio Henrique** **Ribas Macuco** engenheiro Civil – CREA-PR 17326/D, nomeado pela portaria 171/2022, Telefone (43) 3468-1123 a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo.
	2. - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.
5. **- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**
	1. - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:
6. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
7. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
8. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
9. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.
10. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
11. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
12. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
13. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
14. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
15. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
16. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
17. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
18. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
19. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
20. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
	1. - A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
21. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
22. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
23. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
24. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.
25. A CONTRATADA deverá enviar memorial de instalação (contendo todas as informações e descrições dos materiais utilizados na instalação) para o Município em até (10) dias após a conclusão dos serviços.
26. **– PAGAMENTO:**

9.1 O - repasse financeiro será realizado em duas etapas, conforme especificados na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ETAPA** | **DESCRIÇÃO** | **%** |
| **1** | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA EEQUIPAMENTOS | **50** |
| **2** | COMISSIONAMENTO DO SISTEMA NA REDE ELÉTRICA | **50** |
| **TOTAL:** | **100** |

1. – O serviço deverá atender a quantidade e especificação constante do Termo de Referência em anexo.
2. - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
3. – O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. **-** Os representantes das empresas licitantes **deverão vistoriar** o local onde serão executados os serviços e conferir os dados constantes do Termo de Referência e seus anexos.
	1. **-** A vistoria técnica deverá ser agendada previamente junto ao Setor de Licitação, na Avenida Curitiba, n° 65, Centro, RIO BOM/PR, telefone (43) 346811-23, no horário das 8h30 às 17h ou pelo endereço eletrônico da Divisão de Licitação, **licita@riobom.pr.gov.br.**
	2. **-** A visita deverá ser realizada por profissional habilitado da interessada **até um dia útil antes do certame, ou seja, 20 de janeiro de 2023** e será acompanhada por representante do CONTRATANTE. A declaração comprobatória da vistoria efetuada será assinada por servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM.
	3. – É facultado à proponente deixar de realizar a vistoria técnica no local da prestação do serviço, desde que forneça, anexa à proposta comercial, uma declaração de que conhece as condições construtivas e operacionais presentes no ambiente da execução do objeto;
	4. **–** A licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações a serem assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Edital.
	5. **-** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:
		* Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
		* Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
		* Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual;
		* Certificado de Regularidade do FGTS;
		* Prova de regularidade de tributos Municipais;
		* Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
5. - A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.
6. – O prazo de validade do contrato é 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura da mesma.

**LOCAL DE ENTREGA –** UBS Central, localizada na Avenida Goiás, n°165**.**

1. **- OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**
	1. - **São obrigações do Município:**
	2. - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
	3. - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
	4. - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
	5. - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
	6. - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
	7. **- SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**
	8. - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
	9. **-** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
	10. - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
	11. - efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
	12. - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ousubcontratações não autorizadas pelo Município;
	13. - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
	14. - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
	15. - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
	16. - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
	17. - Entregar a mercadoria, conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
	18. - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

**17-** Adicionalmente, o fornecedor deverá:

**17.1**- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

* 1. - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
		1. - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
		2. - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

**17.4** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **2.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

 **17.5**- Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

* + 1. - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
		2. - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
		3. - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

**18- ALTERAÇÃO DA ATA/CONTRATO**

**18.1**- Caso haja necessidade de alteração nas condições e valores registrados a mesma deverá ser processada mediante o correspondente termo de aditamento do contrato, nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e condições previstas no edital.

**19– PENALIDADES**

**19.1- O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

* + 1. - À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
		2. - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.
		3. - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 500,00 (quinhentos reais), por dia, de atraso ou de demora, até a conclusão do caso.
		4. - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
		5. - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
			1. apresentação de documentação falsa;
			2. retardamento na execução do objeto;
			3. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
			4. comportamento inidôneo;
			5. fraude na execução do contrato;
			6. falha na execução do contrato.
		6. - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
		7. **-** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.
1. **- CANCELAMENTO DA ATA/CONTRATO**
	1. - O cancelamento do Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.
	2. - O Contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:
		1. - descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
		2. - recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
		3. - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração,

nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

* + 1. - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
	1. - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
		1. - A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.
		2. - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.
	2. - A comunicação do cancelamento do Contrato deverá ser feita por correspondência eletrônica, com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**20.4.1** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a

comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

* 1. - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
1. **- DA SUBCONTRATAÇÃO**

**21.1-** Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo licitatório.

1. **- ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
	1. **-** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
2. **- DO REAJUSTE**
	1. **-** A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;
	2. **-** Caso no decorrer do contrato haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico financeiro, conforme previsão legal.
	3. **-** Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação a empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas e comprovações.
	4. **-** Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
	5. **-** Para se habilitar à revisão dos preços o interessado deverá formular pedido dirigido ao Pregoeiro Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado e acompanhado dos seguintes documentos:
3. **-** Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
4. **-** Cópia das notas fiscais dos elementos formadores do novo preço.
	1. **-** Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido;
	2. **-** A detentora da ata não poderá interromper a execução dos serviços durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
5. **- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
	1. **-** Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções, além das responsabilidades por perdas e danos:
6. **-** Advertência, nos casos de:
	1. Desistência parcial da proposta, sem justificativa;
	2. Cotação errônea parcial ou total da proposta, sem justificativa.
7. **-** Multas administrativas, após regular processo administrativo:
	1. Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento até 15 (quinze) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
	2. Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento superior a 15 (quinze) dias: 10% (dez por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
	3. Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo sobre o valor do produto e/ou da proposta global de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), conforme o caso e as razões;
	4. Recusa do adjudicatário em assinar o contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação sem justo motivo, aplica-se as penas o disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 5% (cinco por cento);
	5. Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviços/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.
8. **-** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, após regular processo administrativo:
	1. Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviços/Autorização de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 3 (três) meses;
	2. Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviços/Autorização de Fornecimento: até 2 (dois) anos.
9. **-** Declaração de inidoneidade para licitar o contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.
10. **-** As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
11. **-** Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
12. **-** Da abertura de processo administrativo para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.
13. **-** Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município.
14. **-** As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores.
15. **-** As multas aplicadas não impedem o Município de rescindir unilateralmente o Contrato, e, ainda, quando for o caso, aplicar outras sanções previstas na Lei.
16. **- DO PAGAMENTO**

**25.1-** O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos e da apresentação da Nota Fiscal emitida em nome da Prefeitura Municipal de RIO BOM/ PR, desde que o objeto tenha sido entregue na totalidade em que foi solicitado e de acordo com as determinações e especificações constantes do presente Edital e Proposta da Contratada, após terem sido aprovados pelo setor competente.

**25.2**. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como o número da Autorização de Compras, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

* 1. - Após a aprovação expressa das Notas Fiscais pelo setor competente da Prefeitura Municipal de RIO BOM, os pagamentos serão liberados.
	2. **-** Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**25.5.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

* 1. **-** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.
	2. **-** A Prefeitura Municipal de RIO BOM/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
	3. **-** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
1. **- DA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR**
	1. **-** A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-> interna/603245-ceis);
3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php%29)
4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos
	* 1. CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
5. Cadastro de Restrições ao Direito de Contratar/Exercer Cargo em Comissão (https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/cadastro-de-restricoes-ao-direito-de- contratarexercer- cargoem-comissao/229098/area/251)
	1. **-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
	2. **-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
		1. **-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
		2. **-** O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.
	3. **-** Como pré-requisito à contratação e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:
6. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
7. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
8. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
10. prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;
11. prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;
12. caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
13. certidão negativa de falência e concordata emitida pelo foro em que o contratado tem domicílio, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão.
14. **- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
	1. **-** Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA DESDOBRADA** | **DOTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 463 | 09.0515.45100221.001.4.4.90.51.02.06.00 | 613 |

1. **– DO CONTRATO**
	1. **–** O contrato terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, sendo vedada a sua prorrogação.
	2. **-** Caso seja formalizado o instrumento contratual, sua validade é de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57 de Lei nº 8.666/1993.

# ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

**PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2023.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **PREFEITURA DO MUNICIPIO DE RIO BOM**, pessoa jurídica de direito, público interno, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 75.771.212/0001-71 com sede a Avenida Curitiba nº 65, na cidade de Rio Bom, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 36176326 SSP/PR e CPF nº 487.450.819-72, residente à Avenida Curitiba, nº 15, Rio Bom estado do Paraná, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE e de outro lado a CONTRATADA, a Empresa , pessoa jurídica de direito privado , inscrita no CNPJ n° xxxxxxxxxxxx, com sede a xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, portador da RG sob o nº xxxxxxx e CPF. xxxxxxxxxxxx, residentes e domiciliados a rua , CEP , os quais têm justo e contratado o seguinte e que mutuamente aceitam e outorgam.

# CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO FINISA CONTRATO N° 0608019-97, FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM**, nas seguintes quantidades e descrição:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **Qtde.** | **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS** | **Valor****unit.** | **Valor****total** |
| 1 | 1 | Serviços de instalação de usina/sistema de geração de energia solar fotovoltaica no telhado da UBS Central, localizada na Avenida Goiás, n°165, no município de RIO BOM - PR, com elaboração do Projeto e documentação do sistema para liberação da instalação e homologação do acesso a rede da Concessionária COPEL, incluindo todos os equipamentos e materiais, bem como toda mão de obra de instalação para funcionamento do referido sistema.**Potência Nominal de no mínimo 126,35 kWp.** | **R$** | **R$** |

**PARÁGRAFO SEGUNDO** : Integram o presente contrato : O edital, anexos e proposta do licitante vencedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – DA ENTREGA:** O Contratado se compromete a fazer a entrega da mercadoria Objeto deste contrato, obedecendo estritamente o Termo de Referência, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

**PARÁGRAFO QUARTO – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Fica ajustado o Valor total do presente contrato em **R$** ( ) conforme descrição abaixo:

**PARÁGRAFO QUINTO -** Os pagamentos das faturas acontecerá ate 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

**PARÁGRAFO SEXTO -** Para cobertura das despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos conforme a dotação orçamentária especifica, sendo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA DESDOBRADA** | **DOTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 463 | 09.0515.45100221.001.4.4.90.51.02.06.00 | 613 |

# CLÁUSULA SEGUNDO – DA INADIMPLENCIA e MODIFICAÇÕES:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** A inadimplência dos serviços deste contrato, obriga ao contratado, aos descontos proporcionais aos serviços não executados e aplicada os termos do edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivo, quaisquer modificações que venham se demonstrar necessárias durante a vigência do contrato, decorrentes das obrigações assumidas pelo contratado e alterações nos prazos e quantidades dos serviços prestados, ate o limite de 25% do valor contratual para aumento ou diminuição do contrato.

# CLÁUSULATERCEIRO – DAS PENALIDADES:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** Se o Contratado inadimplir no todo ou em parte o objeto deste contrato, ficará sujeito as sanções previstas no Art 86 e 87 da lei Federal n° 8666/93 e demais termos da do edital do pregão presencial n° 001/2023.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Fica estipulado **multa de 10% do valor contratual** , se a contratada não entregar dentro do prazo estipulado na clausula 2° os materiais devidamente requisitados.

# CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Presente contrato vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da data da assinatura.

# CLÁUSULA QUINTO – DA RESCISAO CONTRATUAL:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual pode se dar:

1. Determinado por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos inc. I a XII e XVII do Art 78 da Lei Federal n° 8666/93.
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzindo a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.
3. Por iniciativa do chefe do Poder Executivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art 78 da lei 8666/93.

a) Em caso de rescisão prevista nos inc. XII e XVII do art 78 da lei 8666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO -** Se a Contratada sem previa autorização da contratante, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO -** E nos demais casos mencionados no art 77 da lei n° 8666/93.

# CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** Integram este contrato o Ato Convocatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pelo fornecedor do contrato, constando o preço de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de estarem anexos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO -** Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições estabelecidas na legislação vigente.

**PARÁGRAFO QUARTO -** Nenhuma indenização será devida ao fornecedor/prestador pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de aquisições dela decorrente.

**PARÁGRAFO QUINTO -** Fica eleito o Foro da comarca de Marilândia do Sul/PR, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Rio Bom, xx de xxxxxxx de 2023

MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE REPRESENTANTE DA EMPRESA

 PREFEITO MUNICIPAL Nome da Empresa

 Contratante Contratada

Fiscal do Contrato Gestor do Contrato

Nome: Nome:

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação PREGÃO presencial Nº 001/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2023, instaurada pelo Município de Rio Bom PR, que a empresa:

1. **-** Examinou cuidadosamente o edital e seus anexos, e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos submetemos;
2. **-** Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
3. **-** Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. **-** Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal n o 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
5. **-** Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de Rio Bom/PR que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
6. **-** Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
7. **-** Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8. **-** Compromete-se a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
9. **-** Tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei nº 8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023, realizado pela Prefeitura do Município de Rio Bom/PR.

 , de de 2023.

Nome da empresa + Carimbo Nome do responsável legal da empresa

CPF e RG do responsável

# ANEXO VI

Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

# Ilma. Sra. Pregoeiro, do Município de Rio Bom – Pr.

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa,...................................................................................................... estabelecida na

............................................................................., Bairro................................................, na cidade

de , nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de Dezembro

de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de Setembro de 2007, se enquadra na condição de: ( ) Microempresa (ME);

( ) Empresa de Pequeno Porte (EPP); ( ) Outras.

Local e data ...............................................

# Nome e Assinatura do Contador da Empresa CRC:

**OBS:**

1. Assinalar com um “X” a condição da empresa.
2. Deverá ser apresentada juntamente com esta Declaração, **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial** do respectivo Estado ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
3. Esta declaração, assim como a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou documento substitutivo e balanço patrimonial e DRE, deverão ser entregues aa pregoeiro e Equipe de Apoio, durante o credenciamento, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

# ANEXO VII - DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

Razão Social da proponente Endereço Bairro CEP: Cidade , Estado CNPJ nº Inscrição Estadual nº Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº Nº do telefone Nº de fax da empresa E-mail Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato Função do representante legal Endereço do representante legal RG nº Órgão emissor CPF nº

XXXXX, XX de XXXXX de 2023.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa RG do responsável

CPF do responsável

# ANEXO VIII - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA

Ref.: Edital de Pregão Presencial \_\_ /

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO FINISA CONTRATO N° 0608019-97, FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM.**

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) *(inserir o nome do representante)*, devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, **DECLARA** que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

Local, de de 2023 .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome, e assinatura do Responsável Legal da Empresa*)